

O Batalhão Tobias de Aguiar hoje está completando 125 anos. Ele foi fundado no dia primeiro de dezembro de 1891. Ao longo dos 125 anos, o Batalhão Tobias de Aguiar tem prestado serviços inestimáveis ao estado de São Paulo e ao próprio território nacional, ao próprio Brasil.

Falar da história do Batalhão Tobias de Aguiar é confundir a história do Batalhão com a história do estado de São Paulo. O Batalhão, ao longo desses 125 anos, participou praticamente de todas as ações, de todas as missões de guerra, de todas as ações de polícia em que o estado de São Paulo se envolveu, entre eles a Revolta Federalista, a Revolta da Armada, a Campanha de Canudos, em 1897.

O batalhão saiu daqui de São Paulo e foi até o sertão da Bahia, onde combateu Antonio Conselheiro e seus jagunços. Aliás, há o livro “Grande sertão: veredas”. Wagner, você já leu esse livro? Leia. Você está mal informado. Em “Grande sertão: veredas”, Euclides da Cunha fala sobre a participação do Batalhão Paulista. Você sabia disso? Telhada também é cultura, não esqueça.

Quando fala do Batalhão Paulista, Euclides da Cunha refere-se ao Batalhão Tobias de Aguiar, que era o Batalhão que saiu daqui de São Paulo, foi até a estação da Luz, pegou um trem até Santos, onde embarcou em um vapor até Salvador, e de Salvador a Canudos foram a pé.

Imaginem uma situação dessas. Quando essa tropa volta, provavelmente com muitos mortos, com muitos feridos, ela volta praticamente descalça, porque o fardamento, o calçado, acabou se perdendo ao longo de toda essa campanha.

São histórias, epopeias que nós passamos. Enfim, participamos de várias revoluções. Revolução de 1924. Para quem não sabe, a Revolução de 1924 durou, na realidade, 25 dias. Foi a única vez na história que a cidade de São Paulo foi bombardeada por aviação e artilharia.

Se vocês passarem próximos à Rota, não sei se já notaram, nós temos uma chaminé ao lado. Vocês já notaram isso? Se vocês pararem ao lado da chaminé e olharem, vocês vão ver que a chaminé é marcada de buracos. São marcas de bala de canhão que o pessoal atirava do Parque Dom Pedro.

O que aconteceu? Em 1924, o Batalhão Tobias de Aguiar era um batalhão revoltoso. Era o QG da tropa revoltada. Então, a tropa legalista atirava do Parque Dom Pedro com canhões no Batalhão Tobias de Aguiar, e o ponto de referência que eles usavam era a chaminé. Então, a chaminé tem várias marcas de balas de canhão.

Participou da Revolução de 1932, enfim, de várias ações militares. Em 1970, foi criada a Rota, Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, que até hoje é uma realidade no combate ao crime organizado.

Tobias de Aguiar, para quem não sabe, quando a Polícia Militar foi criada, em 1831 - dia 15 de dezembro vão se completar 185 anos de Polícia Militar -, o presidente do estado de São Paulo, o governador, na época chamado presidente da Província, era então o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.

Por isso o nome Tobias de Aguiar é muito conhecido na Polícia Militar. Nós temos medalhas com esse nome, temos um Batalhão com esse nome, várias coisas referentes a Rafael Tobias de Aguiar. Ele é ligado à polícia porque era presidente da Província na época da criação da Polícia Militar.

O Batalhão passou a se chamar Tobias de Aguiar no dia primeiro de dezembro. Hoje também é aniversário da criação do nome. Dia primeiro de dezembro de 1951, porque até então era chamado “1º Batalhão de Caçadores da Força Pública”.

Nós mandamos fazer um adesivo alusivo à data, comemorando os 125 anos do Batalhão Tobias de Aguiar. Hoje de manhã nós tivemos uma sessão solene. O Coronel Camilo esteve nos prestigiando. Muito obrigado, deputado, pela presença de V. Exa., abrilhantou muito o evento.

Hoje fizemos um evento com a presença de várias autoridades civis e militares, no qual nós pudemos homenagear não só os integrantes do Batalhão Tobias de Aguiar, mas também lembrar a toda a população de São Paulo o valor desse Batalhão histórico para a Segurança Pública paulista e nacional.

Que Deus abençoe todos os homens e mulheres da nossa Polícia Militar, em especial o nosso Batalhão Tobias de Aguiar. Que esse batalhão ainda viva mais 100, 200 ou 300 anos, trabalhando firmemente pela segurança dos paulistas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público presente, telespectadores da TV Assembleia, o que me leva hoje a estar nesta tribuna é justamente uma vitória dos produtores de peixe do estado de São Paulo.

Depois de intensa discussão, depois de anos de trabalho, os produtores do estado de São Paulo passam a ser reconhecidos. Desta vez, têm o reconhecimento não só para aquelas pessoas que produzem peixes em tanques-rede e tanques escavados, mas também para os que produzem nos pesque-pagues.

Hoje, estamos recebendo a grata satisfação de ver no “Diário Oficial” a liberação de uma lista de espécies que já estavam sendo produzidas no estado de São Paulo, só que, infelizmente, de forma irregular. A partir de hoje, temos a regulamentação da forma como elas podem ser produzidas. Um dos peixes que nos chama atenção é justamente o tradicional pangasius.

O peixe é produzido no Vietnã. No nosso Estado, ele não podia ser produzido. É um peixe que tem um potencial muito grande para a produção no Estado. Por quê? Pelos assentamentos. Com essa legislação, a partir de hoje, os assentados poderão produzir o pangasius nos tanques dos seus assentamentos. Eles poderão abrir tanques escavados e produzir o pangasius.

O pangasius é um bagre que respira fora d’água. O que isso quer dizer? Que ele não precisa ter uma grande remoção de água para ser produzido. Com certeza, onde se produz pouca tilápia, você consegue produzir muitos pangasius. Chega-se ao ponto de produzir 50 toneladas em um alqueire.

Então, o governador do estado de São Paulo, priorizando a agricultura e o meio ambiente, priorizando a legislação não como meio ambiente, mas como fomento para que possamos gerar empregos e ter uma competição com o Vietnã, que nos manda o pangasius que é produzido lá...

Nós temos condições de produzir melhor do que eles. Quero deixar registrado que o peixe-palhaço, que ninguém podia produzir aqui no estado de São Paulo, também foi liberado pela lista da aquaríofilia e teremos o peixe chamado Nemo em muitos aquíários e, com certeza, também sua produção.

Sabemos que muitas pessoas produzem peixes ornamentais e não tinham como documentar isso, mas agora é possível, graças ao trabalho da Frente Parlamentar em Prol da Atividade Pesqueira e da Aquicultura do estado de São Paulo, graças ao trabalho dos 94 deputados desta Casa de Leis, graças ao secretário do Meio Ambiente, graças ao Ayrosa, que tem defendido muito junto à direção do Instituto de Pesca, que não é prejudicando ‘a’, ‘b’ ou ‘c’ ou deixando de produzir que vamos mudar a situação do Estado. Pelo contrário: é dando condições de se produzir corretamente e gerando emprego, gerando alimento, produzindo esses peixes ornamentais para colocar nos aquíários do nosso Estado porque muitos desses peixes que hoje vêm para o nosso Estado são importados e nós temos tecnologia para produzir, e muito.

Quero parabenizar os produtores e associações que se envolveram nessa luta, a Compesca, a ANP, que trouxe um debate muito grande nas audiências públicas. Depois de seis anos, enfim, nossa luta é reconhecida no estado de São Paulo.

O estado de São Paulo pode, sim, a partir de hoje, um de dezembro, ser o maior produtor de peixes não só do nosso País, como de outros países, trazendo geração de renda para a população não só do Estado, mas do País, para sair dessa crise.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Quero cumprimentá-lo, deputado Sebastião Santos, pela luta em defesa da pesca.

Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Célia Leão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia SP, após sete meses a Assembleia Legislativa votou ontem o PL 328, autorizando a venda de patrimônio dos institutos públicos de pesquisa. Houve um enorme esforço do líder do governo, deputado Cauê Macris, para que houvesse quorum e uma votação expressiva a favor do mesmo.

Entretanto, analisando a maneira como se deu a aprovação do projeto, nós constatamos que 49 deputados votaram favoravelmente ao mesmo, o que corresponde a apenas 52% dos deputados. Vejam que todo o poder que tem o governador Geraldo Alckmin na Assembleia Legislativa e o número de partidos que o apoiam mostraram-se aquém daquilo que podiam esperar. Creio que o não comparecimento de muitos dos deputados, de diferentes partidos políticos, expressa a contrariedade, o mal-estar desses deputados de aprovar um projeto que levará, infelizmente, à dilapidação do patrimônio público, que é do povo paulista e não deste governo do PSDB.

Estamos falando de terrenos que pertencem a institutos centenários e que vão afetar inúmeras cidades. Nesse sentido, quero dialogar com a população de Cubatão, de Itapetingina, Mongaguá, Santa Maria da Serra, capital, Araçatuba, Itapetingina, Jundiá, Nova Odessa, Pindamonhangaba, de Presidente Prudente e tantas outras. Eu poderia citar outros municípios que serão prejudicados, na medida em que esse patrimônio será perdido. Infelizmente, há indícios de que pelo menos parte dele será utilizada em benefício de grupos econômicos e particulares que atuam no mercado imobiliário, atendendo a outros interesses que não da área de ciência, tecnologia e inovação.

Ontem, durante o debate que culminou na votação - e deixo claro que votamos contra esse projeto de lei -, eu chamei a atenção, por exemplo, para o fato de que existem três terrenos em Jundiá nos anexos do projeto. Apenas um deles foi suprimido da lista. Entretanto, outros dois foram mantidos. E, no caso, mostrei que um dos terrenos é exatamente aquele onde se encontra instalado o Centro de Engenharia e Automação, responsável pelo desenvolvimento da poda e colheita mecânica para videira. Há inclusive a proposta, tramitando na Assembleia, de uma Frente Parlamentar em Apoio à Produção Vinícola no Estado de São Paulo. É responsável, ainda, pelo desenvolvimento de pulverizador articulado; desenvolvimento do novo sistema do cortador de base; desenvolvimento de tecnologias para aplicação de produtos fitossanitários; coordenação do “Programa Aplique Bem”; aplicação do “Programa de Qualidade em Equipamentos”; e assim por diante.

Tenho aqui um documento muito importante produzido pelos técnicos e pesquisadores que atuam no Centro de Engenharia e Automação, localizado em Jundiá. Entendo que é importante que o mesmo seja publicado como parte integrante deste pronunciamento, de tal forma que toda a sociedade paulista saiba qual é o perfil de imóvel que o governador Geraldo Alckmin pretende alienar. E, ao lado disso, peço ao prefeito eleito, que tomará posse em primeiro de janeiro de 2017 - deputado Luiz Fernando Machado -, que considere a possibilidade de avocar para si a destinação desse terreno. O que a Assembleia Legislativa aprovou foi a autorização para venda; não aprovou a obrigatoriedade da venda.

Nesse sentido, os prefeitos desses e de outros municípios que tenham sensibilidade e compromisso público deveriam, de comum acordo com as respectivas câmaras municipais, reivindicar junto ao governador que esses terrenos não sejam vendidos, e sim utilizados por essas prefeituras. Assim, intensificaremos programas e políticas públicas que são de interesse da maioria da população.

Sr. Presidente, solicito que cópia desse pronunciamento seja encaminhada ao nosso amigo e prefeito eleito deputado Luiz Fernando Machado.

Passo a ler documento para que conste nos Anais desta Casa.

“Audiência Pública 09/06/2016 - Comissões: CCJ&R e Finanças

Trataremos aqui do imóvel do Anexo II, nº 4, onde se localiza um centro avançado de pesquisas do Instituto Agrônomo, o Centro de Engenharia e Automação, localizado em Jundiá.

Um breve histórico:

Há quase 47 anos atrás, o Centro de Mecânica Agrícola foi incorporado ao Instituto Agrônomo, dedicando-se à pesquisa científica e aos ensaios de máquinas, implementos e operações agrícolas mecanizadas. Com a reorganização do Instituto Agrônomo, em 2001 passou à denominação atual: “Centro de Engenharia e Automação” (CEA).

Com uma área aproximada de 110 ha, está estrategicamente localizada ao lado da rodovia dos Bandeirantes. Praticamente toda sua área é ocupada por laboratórios científicos (Laboratório de Ensaio de Tratores Agrícolas, Laboratório de Ensaio de Semeadoras e Aduadoras, Laboratório de Ensaio de Protótipos, Laboratório de Ensaio de Cardans, Laboratório de Tecnologia de Pós-colheita de Frutas, Flores e Hortalças, Laboratório de Ensaio de Equipamentos de Proteção Individual e Laboratório de Tecnologia de Aplicação de Produtos Fitossanitários), prédios administrativos, áreas de avaliação de máquinas e equipamentos agrícolas, de treinamento, de proteção ambiental. Ali são desenvolvidas ações de pesquisa e treinamento, com grandes contribuições à agricultura paulista e nacional. Dentre as principais ações do CEA/IAAC em andamento, que possuem resultados diretos na agricultura, comprovados ou com grande potencial, podem ser destacadas:

- Desenvolvimento da poda e colheita mecânica para a videira voltada para a uva tipo indústria, visando baixar os custos de produção.
- Desenvolvimento de pulverizador articulado.
- Desenvolvimento de novo sistema de cortador de base, composto por lâminas serrilhadas e inclinadas, para colheita mecanizada de cana-de-açúcar.
- Desenvolvimento de tecnologias para aplicação de produtos fitossanitários em pequenas propriedades.
- Coordenação do Programa Aplique Bem, desenvolvido em parceria com a empresa Arysta LifeScience. Tal programa já recebeu 5 premiações, sendo uma delas internacional, como melhor programa na área de segurança no mundo.
- Coordenação do Programa IAC de Qualidade em Equipamentos de Proteção Individual na Agricultura (Quepia).
- Ensaio de máquinas agrícolas.
- Ações na área ambiental, como o projeto denominado Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jundiá-Mirim.
- Em andamento, projeto para estruturação de uma Unidade de Referência em Tecnologia de Aplicação e Segurança no Trabalho com Agrotóxicos, voltada ao desenvolvimento e realização de treinamentos a Agentes Multiplicadores nesta área do conhecimento, (custo inicial estimado em R\$ 8 milhões, com apoio da iniciativa privada e do MTE).

Aspectos Legais:

- Art. 272 da C.E./89 - e Liminar do TJ suspendendo o trâmite do PL 328/16

- Lei nº 6.150, de 24/6/1988 (Lei Lazzarini) - Transforma em Reservas de Preservação Permanente para pesquisa agropecuária as Estações Experimentais, Postos e fazendas da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária da Secretaria da Agricultura.

Especificamente para o CEA:

- Plano Diretor do município de Jundiá: o atual classifica a área como Zona de Serviços Institucionais (ZS2); o novo Plano Diretor, atualmente em discussão na Câmara de Vereadores, classifica a área como Zepam - Zona Especial de Proteção Ambiental;

- O Plano Específico de Zoneamento de Ruído do Aeródromo (portaria nº 629/GM5, de 2/5/1984) estabelece que, em Zona de Ruído I e II (como as que existem na área) o licenciamento de atividades ou aprovação de novas edificações deverão ser previamente aprovados pela autoridade competente do Ministério da Aeronáutica.

- Lei Est. nº 14.461 de 25/5/2011 - Autoriza a Fazenda do Estado a transferir aos municípios o domínio, mediante doação, e a ceder os direitos possessórios, a título gratuito, relativo aos imóveis que especifica. No Anexo à lei, o imóvel nº. 840 trata-se da Emeb Úrsula Gherelo, encravada dentro do CEA.

- Inclusão do CEA no Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural (Ippac) de Jundiá, para fins de tombamento; portanto, a área está protegida. (e consequentemente comercialmente desvalorizada) e toda e qualquer modificação deve passar por análise do Compac (Conselho do Patrimônio Cultural).

Falsidade ideológica? Coordenadoria Apta, em 20/10/2015, no mesmo local em audiência pública (gravada) mencionou que não havia nenhum estudo.

Aspectos Financeiros:

- Nos últimos 5 anos foram captados pelos pesquisadores do CEA para investimento em pesquisa cerca de 9,5 milhões de reais. Destes, cerca de 30% vieram de fontes oficiais de investimento, como Fapesp, Finep, Embrapa, CNPQ e Tesouro do Estado; os outros 70% vieram de parcerias com a iniciativa privada. Portanto, um Centro com esse perfil não pode ser considerado “inservível ou de pouca serventia ao exercício das atividades estatais”, conforme especificado na Exposição de Motivos do PL 328/16.

- Não existe previsão de despesas para efetuar a transferência do CEA para qualquer outro lugar.

- A previsão de arrecadação com a venda da área, em função dos ônus ambientais e legais acima expostos, será muito menor do que o inicialmente estimado.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiat. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, telespectadores da TV Alesp, nossos auxiliares, estamos vindo aqui hoje por um motivo feliz: os 125 anos do Batalhão Tobias de Aguiar. Uma tropa extremamente importante para a população de São Paulo, uma tropa preparada, que vai ao enfrentamento, que faz frente à criminalidade aguçada que temos aqui no estado de São Paulo. Em verdade, no Brasil todo, mas estamos falando aqui dessa tropa que atua em São Paulo, quero registrar o meu agradecimento a todos os policiais do Batalhão Tobias de Aguiar.

Fui comandante-geral da Polícia de São Paulo e o Choque - do qual a Rota faz parte, o Batalhão Tobias de Aguiar -, de maneira geral, é uma reserva do Comando Geral, então mandamos atuar nos casos mais graves, nos crimes mais complexos, e essa tropa sempre respondeu a contento, colocando sua vida em risco.

Muitas vezes é mal compreendida, principalmente por parte da imprensa, por parte de alguns defensores que usam o manto dos Direitos Humanos para defender os infratores da lei, então vemos aí algumas colocações a respeito de que a Rota usa força extrema. Na realidade quero deixar bem claro que a Rota usa a força necessária.

A polícia de São Paulo precisa ter uma tropa para agir nesses momentos. Nossa população de São Paulo precisa ter uma polícia firme, uma polícia que tenha uma pronta resposta para esses casos mais graves de desordem urbana, de crime, de crime organizado, então deixo registrado meu agradecimento a todos os policiais.

Eu, como comandante, lembro-me da importância de casos muito graves em que atuamos, principalmente contra o crime organizado, usando esse batalhão, que é um exemplo para toda a nossa Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Parabéns ao Coronel Telhada, que hoje fez uma homenagem muito grande, muito boa, ao Batalhão Tobias de Aguiar, parabéns a todos os integrantes do Batalhão Tobias de Aguiar pelos 126 anos.

Nós, desta tribuna, desta Casa de Leis, traremos, cada vez mais, a Polícia Militar, a nossa Rota, o batalhão Tobias de Aguiar para homenagear esses homens e mulheres especiais dessa tropa de elite do estado de São Paulo.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caríssimo deputado Coronel Camilo, anteriormente comandante da PM, quero agradecer suas palavras. Como médico é minha função defender a vida, a saúde e as pessoas que querem viver, que querem respirar e, às vezes, os marginais não permitem. Atiram com armas de fogo, usam armas brancas e outros meios para violentar e praticar o mal, que é comum em nossa cidade, mas que não podemos mais aceitar.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, quero, hoje, relatar mais um caso triste na Grande São Paulo, especificamente na zona oeste, quando um cidadão com o Uber foi atacado em uma tentativa de assalto por três adolescentes, dois de 17 anos e um de apenas 15 anos. Eles tinham passagens pela polícia e assaltaram esse motorista de Uber.

Eles cometem essa prática e usam até de violência, invadindo as residências dos motoristas de Uber, o que virou moda. Gostaria de apresentar um vídeo que esclarece melhor esse caso.

- É apresentado o vídeo.

Então, como mostrou o vídeo, nós temos um assalto a cada dois dias, a violência foi banalizada. Pessoas que não têm como trabalhar acabam optando pelo Uber e acabam sendo assaltadas junto com os passageiros. Isso é uma vergonha, é algo que constrange todos nós em um país em que 23 milhões de pessoas têm subempregos e mais de 12 milhões estão desempregadas.

Temos um projeto de lei que poderia estar evitando esse tipo de ocorrência. Trata-se de acolher os adolescentes no seio familiar, em organizações sociais que possam ajudar os adolescentes que estão pelas ruas de São Paulo e de nosso País. Com essa manobra, poderíamos evitar que jovens de 15, 17 anos estivessem hoje assaltando.

Isso acontece porque as famílias não cuidam, as pessoas no entorno não cuidam, os órgãos competentes também não cuidam. Nós, deputados, temos que aprovar essa lei o mais rápido possível e acolher essas crianças e adolescentes que estão no caminho do mal, no caminho das drogas, no caminho da bebida alcoólica, indo para o mesmo caminho dos três jovens mostrados no vídeo.

Este é um sonho que eu tenho como legislador, como médico e como cidadão: que possamos aprovar o mais rápido possível esse projeto de lei, já aplicado na cidade de Fernandópolis, através do juiz Pelarini, cuja liminar foi cassada pelo Poder Judiciário. Espero que esta Casa possa cumprir sua tarefa e aprovar o mais rapidamente possível esse toque de acolher, acolher os nossos jovens para o caminho do bem.

Muito obrigado.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, em homenagem à Corregedoria da Polícia Militar, sessão essa que presidierei com muita honra.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.

2 DE DEZEMBRO DE 2016 178ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **CORONEL TELHADA, JOOJI HATO**
e **CARLOS GIANNAZI**
Secretário: **CARLOS GIANNAZI**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Opõe-se às medidas de ajuste fiscal tomadas pelo governador Geraldo Alckmin, entre elas, o aumento do ICMS sobre a venda de carros usados e o congelamento do salário dos servidores públicos. Crítica o governo estadual por não reajustar o valor da bolsa dos médicos residentes.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Comunica o falecimento de Lauro Ribeiro Escobar, procurador do Estado. Destaca a atuação deste como especialista em heráldica. Pede que o Executivo abra concurso público para resolver o problema da falta de médicos no Hospital da Polícia Militar. Relata ocorrência em que foi ferido um policial.

5 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO

Argumenta que os hospitais ficam sobrecarregados por conta da violência. Defende o uso de câmeras de segurança para coibir a criminalidade. Cita projetos de lei, de sua autoria, que pretendem combater a violência. Apoiar o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi quanto aos médicos residentes.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Considera que há descaso do governo estadual para com a Saúde. Acusa-o de não investir no lamspe, que prevê assistência médica aos servidores públicos. Afirma que há dificuldade para a marcação de consultas e, principalmente, de exames. Declara que os médicos residentes têm um papel fundamental no atendimento à população que usa os serviços públicos de Saúde. Comenta que todos os estados da Federação concederam o reajuste à bolsa dos residentes, com exceção de São Paulo. Informa que pretende obstruir a deliberação do Orçamento, caso não sejam apresentadas soluções para os problemas mencionados.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Deferir o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 05/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a sessão solene a realizar-se hoje, às 19 horas, em “Comemoração do Dia Nacional do Samba”. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Proceder à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, assomo à tribuna mais uma vez para denunciar o ajuste fiscal, o aumento dos impostos e o arrocho que o governador Alckmin está praticando contra a população do nosso Estado, contra os servidores e contra a população.

O governador beneficia os setores empresariais do Estado, os grandes frigoríficos, as grandes avícolas, as mineradoras, a Ambev e outros setores, principalmente setores do agronegócio.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

E agora o governador Alckmin está aumentando o imposto para a compra de carros usados. Ele publicou, no dia 1º de novembro, o Decreto nº 62.246/16, aumentando em quase 100%; S. Exa. dobrou a cobrança do ICMS na base de cálculo da revenda de automóveis usados. Ou seja, a população, que não tem condição de comprar um carro zero, que normalmente compra um carro usado, será mais penalizada com esse aumento.